

**DISTRITO FEDERAL**  
**CONTROLADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL**

Contrato de Prestação de Serviços nº 001/2017 - CGDF,  
nos termos do Padrão nº 04/2002.  
Processo nº 480.000.716/2015

**Cláusula Primeira – Das Partes**

O DISTRITO FEDERAL, por meio da CONTROLADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL – CGDF, com sede no Ed. Anexo do Buriti, 13º, Praça do Buriti – Brasília – DF, inscrita no CNPJ sob o nº 08.944.148/0001-96, doravante denominada CONTRATANTE, representada neste ato por Marcos Tadeu de Andrade, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº 191.738-2 SSP/DF, inscrito no CPF sob nº 599.061.891-34, na qualidade de Controlador-Geral Substituto, com delegação de competência prevista nas Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal e a empresa PARÂMETRO SOLUÇÕES GERENCIAIS LTDA., doravante denominada CONTRATADA, com sede no SRTVS Q. 701, Bl. “O”, Sala 886, Ed. Multiempresarial, Brasília - DF, inscrita no CNPJ sob o nº 03.742.280/0001-00, representada neste ato por Luís Alberto Bittar de Oliveira, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº 1.177.521 – SSP/DF, inscrito no CPF sob nº 443.992.191-49, na qualidade de Representante Legal.

**Cláusula Segunda – Do Procedimento**

O presente Contrato obedece aos termos do Edital de Pregão Eletrônico nº 069/2016 – SCG/SEPLAG (fls. 108/151), da Proposta de fls. 310/313 e da Lei nº 8.666, de 21.06.93.

**Cláusula Terceira – Do Objeto**

O Contrato tem por objeto a prestação de serviços especializados em tecnologia da informação, tipo “fábrica de software”, para realizar a manutenção corretiva, adaptativa e evolutiva do Sistema de Gestão de Auditoria – SAEWEB; desenvolvimento da integração do módulo de Tomada de Contas Especial (TCE) com o SAEWEB; e desenvolvimento, implantação e integração com o SAEWEB do módulo de Corregedoria (PAD ELETRÔNICO), da Controladoria-Geral do Distrito Federal, conforme especificações técnicas e demais elementos integrantes do Termo de Referência às fls. 20/37, condições do Edital de Pregão Eletrônico nº 069/2016 – SCG/SEPLAG (fls. 108/151) e da Proposta de fls. 310/313, que passam a integrar o presente Termo, sem necessidade de transcrição.

**Cláusula Quarta – Da Forma e Regime de Execução**

O Contrato será executado de forma indireta, sob o regime de empreitado por preço unitário, segundo o disposto nos arts. 6º e 10º da Lei nº 8.666/93.

**Cláusula Quinta – Do Valor**

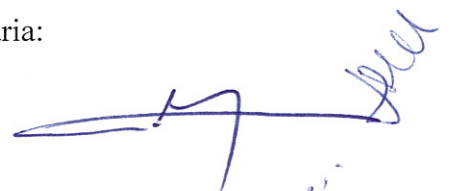
5.1 – O valor total do Contrato é de R\$ 439.000,00 (quatrocentos e trinta e nove mil reais), devendo a importância ser atendida à conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento corrente.

5.2 – Os Contratos celebrados com prazo de vigência superior a doze meses terão seus valores, anualmente, reajustados por índice adotado em lei, ou na falta de previsão específica, pelo IPCA, nos termos do art. 3º do Decreto nº 37.121/2016.

**Cláusula Sexta – Da Dotação Orçamentária**

6.1 – A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

I – Unidade Orçamentária: 45101





II – Programa de Trabalho: 04126620325570010

III – Natureza da Despesa: 339039

IV – Fonte de Recursos: 100

6.2 – O empenho inicial é de R\$ 23.678,13 (vinte e três mil, seiscentos e setenta e oito reais e treze centavos), conforme Nota de Empenho nº 2017NE00017, emitida em 09.01.2017, sob o evento nº 400091, na modalidade Estimativo.

**Cláusula Sétima – Do Pagamento**

O pagamento será feito, de acordo com as Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal, em parcela(s), mediante a apresentação de Nota Fiscal, liquidada até 30 (trinta) dias, contados a partir de sua apresentação, desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação e pagamento.

**Cláusula Oitava – Do Prazo de Vigência**

O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, permitida a prorrogação na forma da lei vigente.

**Cláusula Nona – Das Garantias**

Com base no que dispõe o art. 56 da Lei nº 8.666/93, a garantia será de 2% (dois por cento) do valor total do contrato, podendo a CONTRATADA optar por uma das modalidades previstas no mesmo dispositivo legal.

**Cláusula Décima – Da Responsabilidade do Distrito Federal**

O Distrito Federal responderá pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo e de culpa.

**Cláusula Décima Primeira – Das Obrigações da Contratante**

11.1 – Cumprir fielmente as condições e exigências contidas neste Contrato;

11.2 – Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato por intermédio de servidores especialmente designados, de acordo com a regulamentação vigente;

11.3 – Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes ao serviço que venham a ser solicitados pelos profissionais da CONTRATADA ou a seu preposto;

11.4 – De acordo com as normas e procedimentos previamente estabelecidos, permitir o acesso às dependências da CONTRATANTE quando necessário, dos técnicos da CONTRATADA;

11.5 – Permitir o acesso aos ambientes tecnológicos da CONTRATANTE pelos profissionais da CONTRATADA que executarem os serviços de forma remota, quando existirem;

11.6 – Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis;

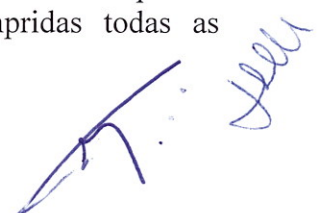
11.7 – Receber os serviços entregues pela CONTRATADA, que estejam em conformidade com a OS, conforme inspeções a serem realizadas e emitir o Termo de Recebimento Provisório (TRP);

11.8 – Aceitar os objetos entregues pela CONTRATADA e que estejam em conformidade com a OS, conforme inspeções a serem realizadas e emitir o Termo de Recebimento Definitivo (TRD);

11.9 – Rejeitar, com a devida justificativa, qualquer serviço executado em desacordo com as especificações e obrigações assumidas pela CONTRATADA;

11.10 – Conferir toda a documentação técnica gerada e apresentada durante a execução dos serviços, efetuando o seu atesto quando a mesma estiver em conformidade com os padrões de informação e qualidade exigidos;

11.11 – Efetuar o devido pagamento à CONTRATADA, dentro dos prazos preestabelecidos, pela efetiva execução do contrato, desde que cumpridas todas as





formalidades, exigências, condições e preços pactuados no Contrato.

**Cláusula Décima Segunda – Das Obrigações da Contratada**

12.1 – A CONTRATADA fica obrigada a apresentar, ao Distrito Federal:

I – até o quinto dia útil do mês subsequente, comprovante de recolhimento dos encargos previdenciários, resultantes da execução do Contrato;

II – comprovante de recolhimento dos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais.

12.2 – Constitui obrigação da CONTRATADA o pagamento dos salários e demais verbas decorrentes da prestação de serviço;

12.3 – A CONTRATADA responderá pelos danos causados por seus agentes;

12.4 – A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12.5 – A CONTRATADA declara a inexistência de possibilidade de transferência ao Distrito Federal de responsabilidade por encargos trabalhistas, fiscais, comerciais e /ou previdenciários porventura inadimplidos, bem como a inexistência de formação de vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Administração Pública;

12.6 – Garantir o objeto contratado nos prazos estabelecidos, nas condições e preços consignados em sua proposta comercial devendo estar inclusos todos os custos, impostos, taxas e demais encargos pertinentes à formação do preço;

12.7 – Manter, durante a vigência do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação para contratar com a Administração Pública, em conformidade com o Art. 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93, incluindo a atualização de documentos de controle da arrecadação de tributos e contribuições federais e outras legalmente exigíveis, apresentando sempre que exigido os comprovantes de regularidade;

12.8 – Formalizar a indicação de preposto da empresa e substituto eventual como seu representante legal, incluindo nome, cargo, números de telefone, endereço eletrônico para, em tempo integral, durante o período de vigência do contrato, sem ônus adicional, administrar, acompanhar, supervisionar e controlar todo e qualquer assunto relativo aos serviços contratados, respondendo por todos os atos e fatos gerados ou provocados pelos seus funcionários;

12.9 – Responsabilizar-se pelo comportamento dos seus empregados e por quaisquer danos que estes ou seus prepostos venham porventura ocasionar à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo durante a execução dos serviços, devendo, nesses casos, a CONTRATANTE abater o valor correspondente dos pagamentos devidos;

12.10 – Realizar o levantamento dos requisitos do objeto a ser desenvolvido por meio de reuniões com os servidores, na sede da CONTRATANTE;

12.11 – Entregar à Contratante todos os arquivos, versões finais de produtos, documentos e quaisquer outros artefatos produzidos conforme item 12 do Termo de Referência;

12.12 – Atender aos requisitos de confidencialidade e direito de distribuição, uso e propriedade das soluções desenvolvidas;

12.13 – Realizar o repasse de conhecimento à CONTRATANTE, conforme item 13 do Termo de Referência.

**Cláusula Décima Terceira – Da Alteração Contratual**

13.1 – Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, com amparo no art. 65 da Lei nº 8.666/93, vedada a modificação do objeto.

13.2 – A alteração de valor contratual, decorrente do reajuste de preço, compensação ou penalização financeira, prevista no Contrato, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares, até o limite do respectivo valor, dispensa a celebração de aditamento.





**Cláusula Décima Quarta – Das Penalidades**

O atraso injustificado na execução, bem como a inexecução total ou parcial do Contrato sujeitará a Contratada à multa prevista no Edital, descontada da garantia oferecida ou judicialmente, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87, da Lei nº 8.666/93, facultada ao Distrito Federal, em todo caso, a rescisão unilateral, bem como investir-se na posse de bens, alienar coisas, promover contratações para conclusão ou aperfeiçoamento de obras e serviços.

**Cláusula Décima Quinta – Das Disposições Complementares**

As sanções previstas nos subitens 13.2, 13.3 e 13.4 do Edital serão aplicadas pelo ordenador de despesas do órgão contratante.

**Cláusula Décima Sexta - Da Rescisão**

O Contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da Administração, reduzido a termo no respectivo processo, na forma prevista no Edital, observado o disposto no art. 78 da Lei nº 8.666/93, sujeitando-se a Contratada às consequências determinadas pelo art. 80 desse diploma legal, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

**Cláusula Décima Sétima – Dos Débitos para com a Fazenda Pública**

Os débitos da Contratada para com o Distrito Federal, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do Contrato.

**Cláusula Décima Oitava – Do Executor**

O Distrito Federal, por meio da Contratante, designará um Executor para o Contrato, que desempenhará as atribuições previstas nas Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal.

**Cláusula Décima Nona – Do Cumprimento ao Decreto Distrital nº 34.031/2012**

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, pelo telefone 0800.6449060 (Decreto nº 34.031, de 12 de dezembro de 2012). (Parecer nº 330/2014-PROCAD/PGDF).

**Cláusula Vigésima - Da Publicação e do Registro**

A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento, na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês subsequente de sua assinatura, após o que deverá ser providenciado o registro pela Controladoria-Geral do Distrito Federal.

**Cláusula Vigésima Primeira – Do Foro**

Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Contrato.

E, por estarem de pleno acordo, depois de lido e achado conforme, foi o presente Termo lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, assinado pelas partes.

Brasília, 24 de janeiro de 2017.

Marcos Tadeu de Andrade  
Controlador-Geral - Substituto

Luís Alberto Bittar de Oliveira  
Representante Legal